

A IMPORTANCIA DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS PARA A DISCUSSÃO MUNDIAL DE CONSERVACAO DA NATUREZA.

Luciene Cristina Risso

Profa.Dra.UNESP, campus de Ourinhos.

E-mail:Luciene@Ourinhos.unesp.br

Resumo

Este estudo visa analisar a gestão das reservas extrativistas, importante categoria de área protegida que busca conciliar conservação e benefício social. Estas experiências brasileiras estão tornando-se modelos de novos métodos conservacionistas mundiais. Neste trabalho apresenta-se o histórico desta categoria brasileira e sua importância para a política mundial de conservação, bem como se ilustrou o caso da reserva extrativista de Mandira SP. A metodologia de trabalho de campo integrou revisões bibliográficas. No plano mundial de conservação da natureza, esta categoria é inédita e insere-se na discussão atual sobre biodiversidade que está avançando no sentido de métodos novos de conservação, cujos resultados beneficiem as comunidades.

Palavras chave: unidades de conservação, gestão participativa, reserva extrativista.

Abstract

This study aims to analyze the management of extractive reserves, important category of protected area that seeks to reconcile conservation and social benefit. These Brazilian experiences are becoming models for new methods conservationists worldwide. This paper presents the history of this category in Brazil and its importance for the conservation of world politics, as well as illustrated the case of extractive reserves Mandira SP. The methodology integrates literature reviews. At the global nature conservation, this category is unprecedented and is part of the current discussion about biodiversity that are moving towards new methods of conservation, the results of which benefit communities.

Keywords: protected areas, participatory management, extractive reserve.

1. INTRODUÇÃO

Acredita-se que as áreas protegidas (chamados de Unidades de Conservação no Brasil) devem incluir, direta ou indiretamente as comunidades locais, indígenas

ou "tradicionais" em seu processo de gestão. Nossa hipótese é de que a inclusão garantiria territorialidade e conservação da biodiversidade.

No Brasil, apenas as categorias de uso sustentável permitem comunidades humanas em seus limites, especialmente as reservas extrativistas. Categoria criada pelas comunidades que lutavam por seu território (ver História de Chico Mendes Reserva Extrativista do Acre - 1990). Deste modo, a seguir mostra-se um histórico da categoria de reserva extrativista e após a experiência de gestão participativa das reservas extrativistas de "Mandira" (Cananéia cidade - São Paulo, Brasil).

2- A categoria reserva extrativista

No caso brasileiro, somente as categorias de uso sustentável permitem que comunidades humanas vivam em seus limites, com destaque para as reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável. No caso da categoria reserva extrativista, esta foi concebida dentro de um contexto de luta social, iniciado como um movimento sindicalista que depois se transformou em socioambientalista unindo-se ao discurso ambiental global que contribuiu sobremaneira com esta categorização.

O movimento sindical dos seringueiros iniciou-se no Acre em 1974, através da ação de Francisco Alves Mendes Filho, o Chico Mendes. Ele mesmo diz que: "minha vida começou igual a de todos os outros seringueiros: escravo submetido às ordens do patrão" (MENDES, 1992, p.12). "A partir de 1975, começa a nascer uma consciência, organizam-se os primeiros sindicatos rurais juntamente com um trabalho da Igreja Católica" (MENDES, 1992, p.87). Mendes (1992, p.99) diz que quando os desmatamentos foram muito intensos, na década de 70 (devido a grandes projetos progressistas) os conflitos entre os seringueiros e os trabalhadores rurais que trabalhavam para madeireiras aumentaram progressivamente, e assim, eles começaram a lutar para barrá-los, pois, disto dependiam suas vidas.

A estratégia de luta era chamada de "empates", ou seja, a forma de luta chamada pelos seringueiros, onde ficavam frente a frente com os devastadores. Nestes empates, explicavam para os devastadores a situação e, muitas vezes, os convenciam: "Eles, como trabalhadores, a gente explica, estão também com o futuro

ameaçado. E esse discurso, emocionado, sempre gera resultados. Até porque quem desmata é o peão simples, indefeso e inconsciente" (MENDES, 1992, p.107).

Na luta pelos direitos dos seringueiros, os sindicalistas faziam um trabalho de conscientização, preparando as pessoas, como diz Chico Mendes (1992, p.94): "Portanto, vamos demorar para chegar em várias regiões, mas queremos fazê-lo preparando as pessoas". Desta forma, os seringueiros se associaram em cooperativas, como uma forma de lutar pela liberdade deles. Este movimento sindicalista acarretou na criação do Conselho Nacional dos Seringueiros, em 1985. Em 1987, Chico Mendes conhece Cowel (ambientalista) que convidou a ONU para conhecer Xapuri (Acre) e a antropóloga Mary Allegretti, que foram responsáveis pela carreira internacional de Chico. Como principal impulsionador do Conselho Nacional dos Seringueiros, sua oposição ao desmatamento e a defesa dos povos da Floresta (índios, seringueiros, indígenas, ribeirinhos) lhe deu uma grande projeção internacional.

De seringueiro se transformou em sindicalista e de sindicalista em ecologista. Mesclava-se, então, luta sindical com a luta ecológica. Marina Silva (2004) explica o movimento:

Às vezes me perguntam sobre o movimento 'ecológico' na Amazônia, do qual participei ao lado de Chico Mendes. Respondo, para surpresa de algumas pessoas, que no início nem conhecíamos o significado da palavra 'ecologia'. Para nós tratava-se, simplesmente, da sobrevivência. O desmatamento de grandes áreas para instalação da pecuária representava uma ameaça direta à vida de milhares de famílias no interior da floresta. Expulsas, elas estavam condenadas a uma vida miserável na periferia das cidades. Lutávamos contra isso. Somente depois -e aos poucos- nos demos conta de que o nosso movimento não defendia apenas os seringueiros, mas também uma maneira de relacionar-se com a natureza. Percebemos que a floresta amazônica era muito importante para toda a humanidade. E a palavra "ecologia" entrou no nosso dicionário.

Nesta luta, também estava presente a proposta da ideia de Reservas Extrativistas, surgindo como crítica aos projetos desenvolvimentistas na região amazônica. Chico Mendes explica como se deu esta ideia:

Até 1984, a gente realizava os empates, mas não tínhamos muita clareza do que queríamos. Sabíamos que o desmatamento era o nosso fim e de todos os seres vivos existentes na selva. Mas a coisa terminava aí. As pessoas falavam: "Vocês querem impedir o desmatamento e transformar a Amazônia em santuário? Intocável?" Estava aí o impasse. A resposta veio através da Reserva Extrativista. Vamos utilizar a selva de forma racional, sem destruí-la. Os seringueiros, os índios, os

ribeirinhos há mais de 100 anos ocupam a floresta. Nunca a ameaçaram. Quem ameaça são os projetos agropecuários, os grandes madeireiros e as hidrelétricas [...] Nas reservas extrativistas nós vamos comercializar e industrializar os produtos que a floresta generosamente nos concede. Temos na floresta a bacaba, o tucumã, a copaíba, o mel de abelha, que nem os cientistas conhecem. E tudo isso pode ser exportado, comercializado. A Universidade precisa vir acompanhar a Reserva Extrativista. Estamos abertos a ela. A reserva extrativista é a única saída para a Amazônia não desaparecer. E mais, essa reserva não terá proprietários. Ela vai ser um bem comum da comunidade. Teremos o usufruto, não a propriedade (MENDES, 1992, p.108-109).

Durante muito tempo brigamos pela questão da Amazônia, mas não tínhamos proposta alternativa. Só a partir de 1985 é que começamos a articular propostas alternativas: queremos que a Amazônia seja economicamente viável.

Aí, partimos do ponto de que, com a reserva extrativista, garantimos a política de comercialização da borracha, pois sabemos que esta está ameaçada pelos plantios de seringueiras no Sul. Mas a questão não é só essa. Temos a castanha, que é um dos principais produtos da região e que está sendo devastada pelos fazendeiros e madeireiros. Temos a copaíba, a bacaba, o açaí, o mel de abelhas, uma variedade de árvores medicinais que até hoje não foram pesquisadas, o babaçu, uma variedade de produtos vegetais cuja comercialização e industrialização garantiria que a Amazônia, em 10 anos, se transformasse numa região economicamente viável, não só para o país, mas para o mundo. O que precisamos hoje é que o governo dê prioridade à industrialização desses produtos.

Tem também a questão do cacau, do guaraná e de outras culturas que se pode usar sem devastar a floresta. O que a ameaça são os fazendeiros: no ano passado, queimaram 20 milhões de hectares [...] (MENDES, 1992, p.98).

Em 1988, o Sindicato dos trabalhadores rurais de Xapuri, presidido por Chico Mendes, apresentou no III Congresso Nacional da CUT, em Setembro deste ano, juntamente com o primeiro Encontro dos Povos da Floresta, a tese "Em defesa da natureza e dos povos da floresta".

A união dos povos da floresta constituiu um marco sem precedentes da força da organização popular. Esse processo se alargou abarcando populações que antes eram hostis entre si - ribeirinhos, castanheiros, seringueiros e povos indígenas, habitantes com secular ou mesmo milenar saber da floresta, que, agora, se unem para que os seus direitos sejam respeitados e utilizados como base de uma nova forma de interação com a Natureza. "Para a questão da aliança da floresta, o apoio das populações indígenas foi muito importante" (MENDES, 1992, p.66).

Chico Mendes foi assassinado em 22 de Dezembro de 1988. Como ele, vários líderes sindicais, camponeses sem terra, tiveram este triste fim. Chico já estava sendo ameaçado de morte:

Não quero flores no meu enterro, pois sei que irão arrancá-las da floresta. Quero apenas que o meu assassinato sirva para acabar com a impunidade dos jagunços sob a proteção da Polícia Federal do Acre que, de 1975 para cá, já mataram mais de 50 pessoas. Como eu, líderes seringueiros empenhados em defender a floresta amazônica e fazer dela um exemplo de que é possível progredir sem destruir. Adeus foi um prazer. Vou para Xapuri ao encontro da morte, pois dela ninguém se livra, tenho certeza não sou fatalista, apenas realista. Já denunciei quem quer me matar e nenhuma providência foi ou será tomada (MENDES, 1992, p.114).

Se descesse um enviado dos céus e me garantisse que minha morte iria fortalecer nossa luta, até que valeria a pena. Mas a experiência nos ensina o contrário. Então, eu quero viver. Ato público e enterro numeroso não salvarão a Amazônia. Quero viver (Chico Mendes em entrevista para o Jornal Brasil em 1988) (MARTINS, 2003).

A morte de Chico em 1988 atraiu a atenção internacional sobre a destruição da Amazônia e a violação dos direitos humanos e contribuiu para tornar real a categoria - reserva extrativista. Essa pressão externa envolta das questões ambientais (principalmente desmatamento amazônico) e a discussão global e nacional quanto a valorização cultural e dos modos de vida “tradicionais” e indígenas em áreas “naturais” e áreas protegidas (inclusive com retóricas favoráveis a inclusão destas comunidades em unidades de conservação) somadas ao movimento dos seringueiros acarretou na criação desta nova categoria de conservação ambiental.

A primeira Reserva Extrativista Estadual foi a de São Luís do Remanso com 40 mil hectares, em 1988. A primeira nacional foi a Reserva Extrativista do Alto Juruá (Acre). Em 1987, houve uma reunião do Sindicato onde se começou a falar da criação de uma Reserva Extrativista, e, em 1990, ela foi criada por Decreto presidencial. Nesta Reserva Extrativista os povos da floresta se uniram. Moram nela: seringueiros e os índios Kaxinawás, Ashaninkas e Katukinas (CUNHA; ALMEIDA, 2002, p.18).

A casa de Chico Mendes foi transformada em museu e o livro de visitantes já registrava quatro mil assinaturas, em 1989.

Por reserva extrativista entende-se que é:

[...] uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (Artigo 18 da Lei 9985 – BRASIL, 2000).

A originalidade desta categoria de conservação está justamente no fato de visionar a conciliação cultural com o uso sustentável dos recursos naturais. (foi original porque divergiu da ideia inicial de parques intocados, sem a presença humana-vide contexto). Além disso, destacam-se a questão do empoderamento e o reconhecimento dos direitos destas comunidades à repartição dos benefícios.

No plano global de conservação da natureza, esta categoria insere-se na discussão atual sobre biodiversidade e ICCAs (Áreas conservadas por comunidades).

O termo ICCA é recente dentro das discussões da IUCN e foi pensado como uma forma de dar apoio a essas áreas comunitárias que beneficiavam a conservação da Natureza, mesmo como objetivo indireto²⁴. Assim, a categoria de reserva extrativista pode ser considerada uma ICCA. Essas áreas foram reconhecidas como importantes durante os eventos de Durban (2003) no V Congresso Mundial de Parques da IUCN e na VII Conferência sobre a Convenção da Diversidade Biológica (2004) em Kuala Lumpur. Mas, só em 2008 durante o Congresso Mundial da Natureza da IUCN em Barcelona que houve uma conceituação de fato. As ICCAs são consideradas como:

Natural and/or modified ecosystems containing significant biodiversity values, ecological services, and cultural values, voluntarily conserved by indigenous, mobile and local communities, through customary laws and other effective means (IUCN, 2008).

De qualquer modo, percebe-se que as discussões das políticas globais de conservação, principalmente pela IUCN estão avançando no sentido de métodos novos de conservação, cujos resultados beneficiem as comunidades:

[...] outros caminhos não parecem possíveis. Correr-se-ia o risco de voltar a cercas e multas, ou ao desenvolvimento (econômico-social) sem considerar os limites e dinâmicas da natureza. Ambas alternativas não se sustentam social ou ambientalmente (INOUE, 2007, p.145).

²⁴ Inclusive a IUCN discute sobre a viabilidade das ICCAs tornarem-se uma categoria de conservação. Mas, há uma variedade e complexidade das ICCAs no mundo. Muitas dessas áreas já estão incorporadas em algum sistema nacional de proteção (encaixam-se nas categorias V e VI da IUCN), como por exemplo, as reservas extrativistas no Brasil, mas as terras indígenas, consideradas como uma ICCAs, podem não querer fazer de uma rede de conservação.

3. A criação da reserva extrativista de Mandira e a governança territorial

O Bairro de Mandira no continente de Cananéia é banhado por vastos manguezais e é deste sistema que a comunidade sobrevive principalmente.

A criação da área como reserva extrativista foi um processo. As famílias que resistiram às transformações sociais e econômicas na década de 1970 passaram a se dedicar às atividades de pesca e extrativismo de ostras como fontes de rendimento.

No entanto, como a atividade principal foi a extração de ostras (*Crassostrea brasiliana*) dos manguezais do estuário lagunar este recurso começou a ser muito explorado e ameaçado. Este fato fez com que técnicos da SUDELPA (Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista) no final da década de 80 iniciassem um projeto sobre o manejo sustentado deste recurso através do macrozoneamento ecológico e econômico do complexo estuarino lagunar. A partir do estudo feito por Sales e Moreira – do NUPAUB (1996), eles indicaram Mandira como adequada. A ideia foi aceita pela comunidade (representada pela REMA – Associação da reserva extrativista dos moradores do Bairro Mandira, criada em 1995) e a solicitação iniciou-se através de abaixo assinado, encaminhado para a esfera federal, junto com a articulação política dos técnicos, mas não se teve aprovação rápida, somente em 2002. Enquanto isso, vários técnicos realizavam experimentos na área relacionados ao manejo sustentável, levando a criação da COOPEROSTRA (Cooperativa dos produtores de Ostras de Cananéia) em 1998 (CARDOSO, 2008).

“A organização foi estruturada partindo do objetivo de manejo sustentável dos bancos naturais, melhoria da qualidade sanitária das ostras, valorização do produto e eliminação do atravessador da cadeia produtiva” (CARDOSO, 2008, p.40). Sua organização fez com que a cooperativa ganhasse o Prêmio Iniciativa Equatorial 2002, durante a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo, na África do Sul.

A Reserva Extrativista Federal de Mandira compreende uma área de 1175 hectares, e tem o objetivo de beneficiar a comunidade caiçara e remanescente de quilombo (2002) que vive principalmente da coleta de ostras no manguezal. Esta reserva foi a primeira da categoria no Estado de São Paulo, assegurando o uso

sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis. O vilarejo atual é composto por 16 famílias, totalizando 69 moradores (CARDOSO, 2008), e está concentrada na estrada vicinal Itapitangui-Ariri.

Cardoso (2008) diagnosticou diversos conflitos e problemas com relação a gestão participativa da reserva e com a cooperativa, mas que na sua tese, através da pesquisa ação, estruturou mecanismos para a gestão compartilhada na Unidade e da formulação de regras simples, elaboradas de forma participativa e contextualizadas à realidade local, e obteve resultados, envolvendo desde o empoderamento da comunidade, na busca de maior autonomia e legitimidade, à recuperação do estoque de ostras na Reserva. No entanto, enfatizou que para a consolidação deste processo, tornando-o efetivo ao longo do tempo e aplicável aos outros recursos pesqueiros utilizados dentro da Reserva Extrativista, deve-se manter o fortalecimento das organizações locais, bem como implementar outros mecanismos de monitoramento e fiscalização, com apoio do órgão gestor, adotando-os como política pública. A Autora ainda afirma que a comunidade melhorou sua renda e sua vida com a criação da cooperativa e o reconhecimento como quilombolas em 2002 que trouxe a afirmação identitária e valorização dos mandiras.

4. Conclusões

De povos marginalizados, a criação das reservas extrativistas revelou comunidades participativas e lutadoras. As comunidades tiveram que se recriar perante as transformações sócio-espaciais que atingiram seus territórios, buscando parcerias e tecnologias para alçar novas formas de uso dos recursos naturais pautado na sustentabilidade social, econômica e ecológica.

A reserva extrativista de Mandira é umas das iniciativas desta compatibilização numa área rica em biodiversidade e demonstra a complexidade das relações entre sociedade e natureza e o mais importante novas experiências em gestão compartilhada. Não se trata de ter uma visão mítica (mito do bom selvagem), mas, sobretudo identificar estas diferenciações de percepções e relações que refletirão na materialidade dos lugares e na conservação dos mesmos.

Referências

CARDOSO, T. A. **A construção da gestão compartilhada da reserva extrativista do Mandira, Cananéia, SP**. 2008. TESE (Doutorado) – Centro de Ciências Biológicas e da saúde, Universidade Federal de São Carlos, 2008.

CHIQUINHO, C. R. **Saberes caiçaras: a cultura caiçara na história de Cananéia**. São Paulo: Páginas e Letras Editora e gráfica, 2007.

DIEGUES, A. C. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, A. C. e MOREIRA, A, C. C. **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Hucitec NUPAUB/, 2001. p. 97-124.

FERREIRA, L. C. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 7, n. 1, p. 47-66. 2003.

GASPAR, M.D. **Arqueologia, cultura material e patrimônio: sambaquis e cachimbos**. Cultura Material e Patrimônio de C&T. Disponível em:< http://www.mast.br/projetovalorizacao/textos/livro%20cultura%20material%20e%20patrim%C3%B4nio%20de%20C&T/5%20ARQUEOLOGIA,%20CULTURA%20MATERIAL%20E%20PATRIM%C3%94NIO_mariadulce.pdf>. Acesso em 13/01/2012.

INOUE, C.Y.A. **Regime global de biodiversidade: o caso Mamirauá**. Brasília: editora Universidade de Brasília, 2007.

ITESP - Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”. **Relatório técnico-científico sobre os remanescentes da comunidade de quilombo de Mandira/Cananéia –SP**. São Paulo, 2002.

MAGALHAES, N.W. **Descubra o lagamar: polo de ecoturismo vale do Ribeira – LAGAMAR**. 2.ed, São Paulo: Terragraph, 2003.

MAGDALENA, B.C et al. Bairro Mandira. IN: CHIQUINHO, C. R. **Saberes caiçaras: a cultura caiçara na história de Cananéia**. São Paulo: Páginas e Letras Editora e gráfica, 2007, p.63-76.

MOURÃO, F. A. A. **Os pescadores do litoral sul de São Paulo: um estudo de sociologia diferencial**. São Paulo: Hucitec NUPAUB/CEC, 2003.

MUSSOLINI, G. **Ensaio de antropologia indígena e caiçara**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SALES, R. J. R.; MOREIRA, A. C. C. **Reservas Extrativistas no Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia, domínio Mata Atlântica**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras da Universidade de São Paulo (NUPAUB-USP). 1996. Série documentos e relatórios de pesquisa, n. 22.